

Fernando A. Novais

Aproximações
estudos de história e historiografia

Apresentação de Pedro Puntoni

COSACNAIFY

Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica

Embora seja um lugar comum afirmar que o Brasil é fruto da colonização européia, nem sempre se levam na devida conta todas as implicações envolvidas nessa assertiva. Nas histórias gerais de nosso país, há sempre uma parte referente ao Brasil-colônia, ao período chamado colonial, mas a preocupação de indagar o alcance e o significado do fenômeno colonização somente reponta, via de regra, naqueles passos que descrevem as tentativas autonomistas e no estudo propriamente da Independência; ou quando muito – e é o caso, por exemplo, da *História geral da civilização brasileira*, em curso de publicação¹ – considerações pertinentes aparecem em análises setoriais da vida econômica, sem por isso ascender a uma visão global e integrada do sistema colonizador que lastreia todos os elementos formadores do Brasil moderno. Há, por outro lado, um conjunto de trabalhos polêmicos que de fato abordam diretamente o tema, mas o fazem numa perspectiva invariavelmente carregada de valorações e não isenta de bizantinismos. A explicitação do sentido mais profundo da colonização européia na época mercantilista² e mais ainda a caracterização da maneira pela qual o Brasil se insere nesse complexo e as sucessivas posições que nele vai ocupando constituem campo particularmente fecundo para a investigação e a reflexão do historiador, e tarefa ainda longe de ter

* Publicado originariamente em *Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História*, São Paulo, 1969, pp. 243-68. Comunicação apresentada na IV Sessão de Estudos, 5 set. 1967.

1. Cf. *História geral da civilização brasileira*, 1960, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda (já cinco volumes publicados, os dois primeiros relativos à época colonial).

2. Adiantemos, desde logo, que Caio Prado Jr. (cf. *Formação do Brasil contemporâneo*) constitui significativa exceção no quadro que descrevemos. Às suas reflexões teremos naturalmente de nos reportar ao longo deste trabalho.

sido esgotada. Sua importância, porém, dificilmente poderia ser exagerada, uma vez que o aprofundamento dessa análise irá necessariamente iluminar e reequacionar todo o período formativo de nossa história.

Não pretendemos, à evidência, nos limites desta comunicação, acometer tal empresa, que reservamos para tentar em futuros trabalhos em elaboração. Intentaremos, apenas, uma análise crítica dos conceitos de “colonização” e “Sistema Colonial”, a partir da perspectiva do estudioso de História em que nos colocamos; isto é, procuraremos indicar em que linha a utilização dessas categorias se torna fértil para a compreensão do nosso passado colonial. Notemos, outrossim, que, até certo ponto, essa discussão conceitual é uma exigência preliminar à consecução da tarefa mais ampla a que nos referimos. Quando menos, servirá como esforço de esclarecer os vários sentidos de termos correntes na historiografia nacional e mesmo nas variadas interpretações da realidade brasileira que se tem multiplicado nos últimos anos.

De fato, encarada em bloco, toda a história do Brasil pode referir-se a um imenso processo ainda não encerrado de absorção de correntes imigratórias e conseqüente ocupação e povoamento de uma vasta área geográfica de dimensões continentais. O Brasil apresenta-se, assim, como o país por excelência da imigração e da “colonização”, ainda em curso. Circunscrevendo-se a áreas mais restritas dentro do conjunto, identificam-se aquelas regiões onde o povoamento se processa mais recentemente, configurando as frentes pioneiras ou de “colonização”. “Economia colonial”, sua superação, sua persistência são temas correntes nas discussões contemporâneas sobre o problema do desenvolvimento econômico. Reportam-se os autores constantemente à “nossa formação colonial”, descreve-se a “situação colonial” — já Vilhena, na sua preciosa *Recopilação* (1802), referia-se ao “viver em colônias”.³ Indaguemos, portanto, os vários sentidos dessas expressões, para aquilatar os maior ou o menor alcance analítico da sua utilização, o valor do seu emprego para a compreensão da realidade histórica.

3. Luís dos Santos Vilhena, *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas* [1822], 1921, p. 289. Carlos Guilherme Mota, em estudo que prepara, explora sob este ângulo ainda não examinado a personalidade e a obra de Vilhena.

Na perspectiva mais geral — a das relações entre os homens e a paisagem, que é o ângulo de observação dos geógrafos —, a colonização se apresenta como uma modalidade das migrações humanas, como uma forma evoluída de elaboração do ecúmeno.⁴ Neste plano, os deslocamentos populacionais inscrevem-se no processo de humanização da paisagem terrestre, na ampliação da área de expansão da espécie humana; esse crescente alargamento do espaço da habitação do homem no globo envolve sempre povoamento e valorização de novas regiões. Maximilien Sorre, que estamos seguindo neste passo, indica que o complexo geográfico que assim se forma, a paisagem humanizada que se cristaliza no *habitat*, comporta sempre um maior ou menor grau de mobilidade, levando continuamente a tensão às fronteiras do ecúmeno, e alterando assim a sua estrutura interna.⁵ A imobilidade perfeita é apenas um recurso teórico de análise e representaria adequação ótima do grupo ao meio ambiente, o equilíbrio absoluto entre recursos, técnicas e crescimento demográfico; no pólo oposto, a mobilidade total exprime-se na situação em que o próprio *habitat* é móvel, como entre os pastores nômades. Se postularmos constante a massa do grupo humano e o aparato tecnológico, a utilização dos recursos ambientais tenderá a assumir caráter extensivo, ampliando-se a área de exploração, como na agricultura itinerante. Pressupondo-se, porém, crescimento demográfico, constante e, pois, limitado o espaço disponível, ou se engendram técnicas progressivas de aproveitamento de recursos, ou se dá o fenômeno da migração. Nesse contexto, é possível visualizar o movimento geral de valorização econômica do espaço terrestre; processo que, a partir dos Tempos Modernos, assume a feição de europeização do Mundo.

Examinemos, agora, em que medida essa sistemática conceitual se pode tornar fecunda para a compreensão de processos históricos concretos e, em particular, da história colonial do Brasil. Encarados deste ângulo, os conceitos revelam-se excessivamente generalizadores. De fato, ao procurar apreender em bloco os mecanismos de formação da paisagem atual, que é o seu campo específico de análise, o ponto de vista da geografia insiste naturalmente em destacar o seu substrato comum,

4. Cf. Maximilien Sorre, *Les Migrations des peuples*, 1955, pp. 125-ss. Ver também a tipologia das migrações, em *Fondements de la géographie humaine*, 1948, do mesmo autor, t. II, vol. I, p. 559.

5. Cf. Sorre, op. cit., 1955, pp. 11-ss.

as identidades que se encontram nas várias manifestações do fenômeno. Assim, “colonização” significa uma forma de ocupação e valorização (*mise en valeur*) de novas áreas, forma superior por ser orientada pelo Estado moderno. Se encararmos, por exemplo, a colonização portuguesa no Brasil, não resta dúvida de que ela configura ocupação, povoamento e valorização do espaço americano; entretanto, envolve este processo histórico outros componentes – aqueles precisamente que lhe advêm da peculiaridade do “momento” em que ocorre – que eventualmente podem ser mais relevantes como categorias explicativas, e no caso são, como procuraremos indicar mais adiante. Não quer isto dizer, convém para logo deixar claro, que consideramos errados aqueles conceitos; eles se prestam admiravelmente aos fins a que se propõem, isto é, às análises geográficas, e os trabalhos dos geógrafos aí estão para demonstrá-lo. Mais ainda, e já agora tendo em conta a tendência ao entroncamento que cada vez mais se acentua nos domínios das ciências humanas,⁶ diremos que há determinadas situações históricas em que, no fenômeno colonização, são esses elementos mais gerais, os denominadores comuns, que assumem importância maior em face de outros componentes, passando a defini-los e a não se definir por eles: nestes casos, é a perspectiva antes descrita que poderá conduzir à compreensão mais exata da realidade. Assim, para exemplificarmos no interior de nossa história, a colonização alemã ou italiana no Brasil meridional, ou a marcha da frente pioneira paulista modelarmente estudada por Pierre Monbeig.⁷

Mas se, para a abordagem do Brasil-colônia, esta linha de explicação deixaria de lado os segmentos mais significativos da realidade, conduzindo portanto a uma visão inexata do fenômeno, isso não significa que seja inútil tê-la presente no esforço de reconstituição do passado. Como já dissemos, essa perspectiva ilumina uma face da rea-

6. Cabe lembrar a recente reedição (1966) do clássico *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, de Fernand Braudel (1ª ed. 1949), em que o entrelaçamento de geografia e história se realiza de forma admirável. O geógrafo Roger Dion, por seu turno, navega nas mesmas águas ao esboçar os lineamentos de uma geografia humana retrospectiva (*Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. VI, 1949). Max Sorre escreveu sobre as relações entre Geografia e Sociologia (cf. *Rencontres de la géographie et de la sociologie*, 1957). História e Sociologia, História e Economia são objeto das indagações de F. Braudel no capítulo que escreveu ao *Traité de sociologie*, 1958, v. I, dirigido por Georges Gurvitch e no artigo dos *Annales* (out.-dez. 1958) sobre a “longa duração”. Multiplicam-se ultimamente os encontros interdisciplinares.

7. Cf. Pierre Monbeig, *Pionniers et planteurs de São Paulo*, 1952.

lidade – colonização portuguesa no Brasil, na época mercantilista –, a qual, entretanto, tem de ser combinada com outros elementos do conjunto que, no contexto da época, assumem a posição de componentes essenciais que definem os demais e estruturam o todo, dando sentido à realidade. Assim, na colonização da época mercantilista, a ocupação e a valorização das novas áreas – a europeização do Novo Mundo – se processa nos quadros do “Sistema Colonial” que informa todo o movimento. E é em função da fase e das características da vida econômica da Europa nessa época, isto é, em função da estrutura e do funcionamento do “capitalismo comercial”,⁸ em que as economias periféricas passam a ter papel essencial na dinâmica do desenvolvimento econômico, que a expansão da colonização passa a desenrolar-se balizada pelo arcabouço do Sistema Colonial do mercantilismo, dando assim lugar à formação das estruturas econômicas típicas das áreas dependentes, as economias coloniais. Há, portanto, uma forma específica de ocupação e valorização de novas áreas dentro do capitalismo comercial e da política mercantilista; ou, noutros termos, a “colonização” assume a forma predominantemente mercantilista na época que medeia entre os Grandes Descobrimentos e a Revolução Industrial. É, pois, a partir das coordenadas da estrutura socioeconômica da época, a partir das relações dos homens entre si e não dos homens com a natureza, que se poderá apreender o sentido da colonização do Brasil. Sintetizando, para retomarmos mais adiante, o Brasil nessa perspectiva apresenta-se como produto da colonização européia e parte integrante do Antigo Sistema Colonial.

Com o que fica dito, poderia talvez parecer que, de nosso ponto de vista, para a análise da colonização que se desenrola nos quadros do Antigo Sistema Colonial do capitalismo mercantil, a perspectiva propriamente geográfica antes esboçada seria de utilidade nula. Mas, não; convém ainda insistir que se a realidade (colonização) se torna naquele contexto mais complexa, isto é, povoamento e valorização das novas regiões inserem-se na estrutura do Sistema Colonial que passa a modelar a sua forma sem com isso anular essa camada do real, segue-se que, no nível da consciência, isto é, na construção dos conceitos capazes de

8. Na historiografia econômica contemporânea acentuam-se cada vez mais os esforços no sentido de se definir o capitalismo comercial como estrutura particular da vida econômica da Época Moderna, com seus mecanismos próprios. Cf. Frédéric Mauro, “Towards an ‘Intercontinental Model’: European Overseas Expansion between 1500 and 1800”, 1961.

expressar toda a complexidade do fenômeno na sua manifestação histórica concreta, temos de formular uma categoria que inclua e situe a concepção primitiva. Retenhamos, portanto, nesta tentativa de elaborar o esquema conceitual e explicativo eficaz para compreensão do Brasil-colônia, esta primeira visão do processo colonizador como expansão do espaço terrestre da habitação humana (ecúmeno), como ocupação, povoamento e valorização de novas áreas geográficas.

Desloquemos, pois, o foco de nosso interesse para outra ordem de estudos que dizem respeito à colonização: referimo-nos à classificação dos diversos tipos de colônias. Tais classificações aparecem via de regra em obras dos teóricos da colonização que também o são, às vezes, do colonialismo.

Nesta linha, a obra clássica é sem dúvida o famoso e irrecusavelmente brilhante *De la colonisation chez les peuples modernes* (1874), de Paul Leroy-Beaulieu. Sua publicação ocorreu no início da segunda fase do expansionismo colonialista europeu, que *grosso modo* se pode localizar entre 1869 (abertura do canal de Suez) e a eclosão da Primeira Guerra Mundial – a Grande Guerra –, tendo seu ponto culminante na conferência de Berlim (1884-1885), que fixou as regras da partilha da África pelas grandes potências.⁹ Daí considerar a colonização o apanágio dos “povos civilizados”, das “sociedades mais adiantadas”, enfim “uma arte que se forma na escola da experiência”, cujos princípios o livro se destina a explicitar. É nesse espírito que investiga o passado, e não obstante esse enviesamento do enfoque, a lucidez do autor permite traçar um quadro altamente sugestivo do movimento colonizador europeu desde o início dos Tempos Modernos; o exame da história da colonização visa, pois, a possibilitar a elaboração de uma tipologia das colônias, o que por sua vez abre caminho à fixação dos princípios que devem orientar o regime a ser aplicado nos estabelecimentos coloniais.

A classificação das colônias que correu mundo e ganhou fama na pena de Leroy-Beaulieu funda-se contudo diretamente na tipologia elaborada já desde 1848 pelo alemão Wilhelm Roscher.¹⁰ Neste quadro, são

9. Cf. Maurice Baumont, *L'Essor industriel et l'impérialisme colonial*, 1949, v. XVIII, especialmente pp. 58-116.

10. Cf. Wilhelm Roscher e Robert Jannasch, *Kolonien. Kolonialpolitik und Auswanderung*, 1885, pp. 2-32.

quatro as grandes categorias em que se classificam as colônias. Sintetizemos rapidamente esses conceitos. Em primeiro lugar, as “colônias de conquistas” (*Eroberungskolonien*), aquelas em que os colonizadores visam a vantagens não da produção mas da exploração política e militar dos indígenas; tais as dominações de Alexandre Magno no Oriente, ou dos normandos no sul da Itália, da França, da Inglaterra. Vêm a seguir as “colônias comerciais” (*Handelskolonien*), ou sejam entrepostos (*Zwischenstation*) onde há muito para comprar e vender, mas não condições para o comércio livre; por exemplo Singapura ou as possessões estabelecidas desde o século xv pelos portugueses no Oriente. As “colônias agrícolas” (*Ackerbaukolonien*) formam o terceiro grupo: para estas, que se localizam naturalmente em áreas pouco habitadas, aptas à cultura e de clima semelhante ao da metrópole, dirigem-se povoadores (*Ansiedler*) com seus bens e suas famílias, instalam-se autonomamente, e pouco a pouco progredem; são, assim, necessariamente frouxos os laços com a mãe-pátria, tendem essas colônias a tornarem-se nações independentes. As colônias da Nova Inglaterra exemplificam esta categoria. Finalmente, as “colônias de plantação” (*Pflanzungskolonien*) completam o quadro. Servem, diz Roscher, para o aprovisionamento dos produtos coloniais (*Kolonialwaaren*): açúcar, café, índigo, cochonilha etc., – importantíssimas mercadorias que se não podem produzir no clima metropolitano. Em suma, nas palavras do autor, “as estufas da Europa” [*Die Treibhäuser von Europa*].¹¹ Os empresários coloniais, nessas paragens tropicais onde se estabelecem as plantações, utilizam trabalho escravo e, tão logo enriquecem, procuram retornar à mãe-pátria. As grandes lavouras antilhanas de holandeses, franceses e ingleses tipificam esta classe. Tal, em linhas muito gerais, a classificação do teórico germânico.

Reexaminando o assunto, Paul Leroy-Beaulieu começa por excluir a primeira categoria (as colônias de conquista).¹² Efetivamente, sendo a sua preocupação básica distinguir os tipos de colônias para indicar os regimes mais aplicáveis a cada um, em função dos “recursos, dos costumes e do gênio” da nação que quer colonizar, e não propriamente conquistar, a primeira categoria fica fora de suas cogitações. Todas as colônias reportam-se, pois, a “três tipos irreduzíveis, entre os quais

11. Id., p. 23.

12. Cf. P. Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez des peuples modernes*, 1874, pp. 533-ss.

nenhuma confusão é possível". São basicamente as três categorias já estabelecidas por Roscher. Na apresentação do economista francês, as colônias de comércio são propriamente "entrepostos" (*comptoirs*) e visam a uma mercancia excepcionalmente rentável à metrópole; fixam-se em países ricos e populosos, mas "primitivos" sob certos aspectos e onde o comércio não atingiu a liberdade de movimentos que é característico das nações civilizadas. A metrópole, por sua vez, não necessita, para estabelecer e manter tais colônias, ser muito populosa, mas é indispensável ter uma potente marinha; a atividade colonial vai exigir grandes inversões, mas pouca gente. Essencial para o êxito da empresa é a posição da colônia na rede das grandes rotas. Assim uma ilha como São Tomás ou uma ponta de rochedo, como Singapura. Uma vez estabelecidas, essas colônias-entrepostos podem se encaminhar para três destinações: ou o povo, no qual elas se encaixaram, entra em decadência em termos de unidade e força, e então elas se tornam cabeças-de-ponte para uma conquista continental (é o caso da Índia); ou povo progride, entrando em relação mercantil com todas as nações, e então o entreposto perde razão de ser e desaparece; ou, enfim, o equilíbrio mantém-se. Estabelecimento desta ordem são os dos portugueses na África e na Ásia, dos holandeses e ingleses no Oriente etc.

Os outros dois tipos são, diz Leroy-Beaulieu, mais complexos. As "colônias" agrícolas ou "de povoamento" (*peuplement*) instalam-se em regiões pouco habitadas e de ambiente geográfico semelhante ao da metrópole; esta deve ser grande e populosa para poder promover intensa emigração para o Ultramar – do contrário perdem-nas, como ocorreu com os estabelecimentos da Holanda e da Suécia na América do Norte. Não se exigem grandes investimentos, mas sim volumosa migração, pois se trata de povoamento. O progresso é lento, a ambiência, democrática, a autonomia, inevitável. Em suma, a Nova Inglaterra. A terceira categoria – "colônias" de plantação ou "de exploração" (*exploitation*) – envolve aquelas capazes de produzir mercadorias de exportação, produtos destinados ao mercado exterior. O meio geográfico deve necessariamente ser diverso do metropolitano (para que a colônia possa produzir os produtos de que carece a metrópole); o intertrópico é a zona de eleição para este gênero de empreendimento. Reclamam grandes inversões de capital e organização "artificial" (*sic!*) do trabalho, tais como a escravidão ou a imigração engajada (*indented*) ou a colonização "sistemática" recomendada por Wakefield para garantir mão-de-obra aos empresários coloniais.

A riqueza dessas colônias multiplica-se rapidamente, o crescimento demográfico é lento, a prosperidade é mais vulnerável às crises. O estado da sociedade "deixa sempre muito a desejar". O espírito democrático é débil, e não amadurecem tão cedo para a independência.¹³

Mais recentemente, Georges Hardy,¹⁴ retomando as preocupações classificatórias referentes à expansão colonizadora européia, começa por circunscrever o "fato colonial". Não se confunde ele com invasão, migração, conquista; pressupõe o Estado colonizador, e dá lugar a um organismo distinto, sorte de novo Estado: colônia supõe metrópole, isto é, manutenção e reconhecimento de laços com o meio de origem. Chamar, por isso, "colonização" ao movimento de ocupação e valorização (*défrichement*) da Europa, ou denominar "colônias" os agrupamentos de italianos no Brasil ou de russos em Paris, constitui abuso dos conceitos, linguagem só aceitável como metáfora.¹⁵ O autor critica, a seguir, o critério consagrado pelo seu antecessor: "povoamento" cobre realidades distintas, nem há "exploração" sem povoamento; são todas áreas de povoamento europeu.¹⁶ Há que se distinguir a *forma* do povoamento. De aí, "colônias de enraizamento" (*enracinement*), onde os europeus se fixaram seja por "substituição" da população pré-existente (Canadá, Austrália), seja por "associação" (Américas Espanhola e Portuguesa) ou "repopoamento", que comporta importação de mão-de-obra (Antilhas); "colônias de enquadramento" (*encadrement*), onde o elemento indígena continua sempre constituindo a massa da população, porém dirigida, orientada, "enquadrada" pelos europeus (refere-se, suponho, às colônias mais recentes resultantes da partilha da África); enfim, estabelecimentos que não visam à exploração nem envolvem povoamento, simples colônias de "posição ou ligação", presas antes a interesses políticos.¹⁷

13. Na primeira edição de sua obra (1874), Leroy-Beaulieu não usa as expressões "povoamento" e "exploração", na realidade modelares para caracterizar duas estruturas fundamentalmente distintas como já acentuou incisivamente Caio Prado Jr. (cf. *Formação do Brasil contemporâneo*, pp. 13-26). Essa nomenclatura, contudo, ocorre nas numerosas reedições do *De la colonisation chez les peuples modernes* (ver, p. ex., a 5 ed., 1902, t. II, pp. 563-ss).

14. De Georges Hardy, historiador, geógrafo e perito em assuntos coloniais, ver: *La Politique coloniale et le partage de la terre au XIX^e et XX^e siècles*, 1937; *Géographie et colonisation*, 1933; *Vue générale de l'histoire d'Afrique*, 1937; *Histoire de la colonisation française*, 1938.

15. Cf. Hardy, op. cit., 1937, pp. 9-ss.

16. Id., pp. 15-ss.

17. A classificação de Georges Hardy ocorre em *La Politique coloniale et le partage de la terre au XIX^e et XX^e siècles*, pp. 15-ss., e em *Géographie et colonisation*, pp. 27-ss.

Critiquemos, agora, essas classificações, procurando isolar os elementos sugestivos, os conceitos fecundos que porventura possam conter para os objetivos que temos em vista. Teorizações feitas com fins práticos (colonialismo), as classificações em si mesmas não podem evidentemente apreender a peculiaridade dos momentos históricos em que se processa a colonização nas suas várias modalidades, como predomina tal tipo em determinada época, o que é mais significativo numa ou noutra fase – e todas essas questões são essenciais quando se vai analisar a história concreta da colonização portuguesa no Brasil, do século XVI ao XVIII. Nada obstante, ao discriminar os vários gêneros de colônias, as classificações procuram ordenar os componentes da realidade histórica da colonização em geral, e dessa forma acabam por nos abrir caminho na tarefa de identificar os componentes essenciais da colonização mercantilista.

Preliminarmente, convém retomar a noção primeira que já fixamos: colonização significa sempre ocupação, povoamento e valorização de novas áreas; ora, estabelecida esta premissa, excluem-se naturalmente do campo de análise as “colônias de conquista” da classificação de Roscher, já abandonadas, aliás acertadamente quanto a nós, por Leroy-Beaulieu; mas abandonamos também, necessariamente, as “colônias comerciais” (Roscher), os “entrepósitos” (Leroy-Beaulieu) e as “colônias de posição” de Hardy. São fenômenos de outra ordem, que não envolvem propriamente povoamento e valorização de novas regiões e pois não entram no quadro histórico da colonização. O que não quer dizer que não se possam ligar, estar até na raiz do processo colonizador, como ainda veremos; porém, em si mesmos, ficam fora da colonização com tal.

Isto posto, importa para logo acrescentar que permanecem de um lado as categorias no fundo idênticas de Roscher e Leroy-Beaulieu, mais bem formuladas por este último, e de outro, os tipos de colônias discriminados por Hardy. Ora, a classificação mais recente parece-nos francamente inferior às categorias clássicas. De fato, enquanto Roscher e Leroy-Beaulieu fundam sua tipologia (agrícolas de povoamento, plantação de exploração) num critério basicamente socioeconômico, e em função das relações com as metrópoles, Hardy encaminha-se para um critério em última instância étnico, tomando como base a composição populacional resultante da empresa colonizadora nas várias regiões em que incide a sua ação. Atente-se a que não é apenas a diversidade de critérios, socioeconômico de uma parte e doutra étnico, que está fundamentando o nosso juízo; isto de si seria suficiente, pois a colonização

da época mercantilista, na qual se desenrolou o devassamento e povoamento do Brasil, é essencialmente empresarial e capitalista, como ainda esperamos deixar claro. É que Leroy-Beaulieu (aqui mais explícito do que Roscher) incide decisivamente nas relações metrópole-colônia, centro dinâmico-periferia complementar, e suas categorias resultam por isso mais flexíveis e pois mais aptas à análise de processos históricos, enquanto Hardy desloca o eixo da caracterização para o resultado do processo na área colonizada. Ora, empresarial e capitalista, a colonização provocada pelo capitalismo comercial da Época Moderna realiza-se em função das tensões socioeconômicas, das vicissitudes e das exigências das economias metropolitanas européias. É pois nessas relações que se deve buscar a linha diretriz da análise, são elas que, nos seus princípios informadores e nas suas práticas efetivas, levam à configuração do “Sistema Colonial” que permeia toda a história da colonização mercantilista. Não é certamente inútil a caracterização de Hardy, mas não é essencial; poderá servir para fins outros que não a compreensão global da colonização do Brasil.

O que, a nosso ver, é de preservar-se dessas páginas de Hardy são as suas pertinentes considerações sobre a especificidade do “fato colonial” e sobretudo a necessidade da relação bilateral metrópole-colônia.¹⁸ Com efeito, nem toda migração há que envolver necessariamente ação colonizadora, embora seja evidente a impossibilidade de haver colônia sem deslocamento populacional. Assim, por exemplo, Joel Serrão, analisando o fenômeno “emigração”, constante, a partir do século XV, na história de Portugal, faz notar que não coincide sempre necessariamente com a expansão colonial portuguesa, e fixa, com nitidez, os conceitos de “emigrante” e “colono”.¹⁹ Entre nós, na segunda metade do século passado, em face da supressão do tráfico negreiro disputava-se sobre as vantagens da “imigração” (vinda de estrangeiros para os trabalhos da grande lavoura exportadora) ou “colonização” (fundação de núcleos “coloniais” de pequenos proprietários),²⁰ mas já vimos, com Hardy, que é pelo menos impreciso usar os termos “colônia”, “colonização” neste sentido.

18. Cf. Hardy, op. cit., 1937, pp. 9-ss.

19. Cf. Joel Serrão, verbete “emigração”, em *Dicionário de história de Portugal*.

20. Cf. J. Fernando Carneiro, *Imigração e colonização no Brasil*, 1950.

Conservemos, portanto, neste passo, as categorias fundamentais de "povoamento" e "exploração" como modalidades básicas da colonização da época do Antigo Regime. Nova Inglaterra e Brasil tipificam as duas estruturas, mas convém para logo dizer que em termos de predominância de caracteres e não de sua exclusividade, em termos relativos e não absolutos, como aliás tudo em História. O que Georges Hardy verdadeiramente não compreendeu, quanto a nós, na sua crítica desse critério de diferenciação, é que, embora evidentemente não possa haver exploração sem povoamento, nem este sem aquela, numa estrutura o essencial é a exploração, noutra, o povoamento. As colônias de exploração povoam-se para explorar (isto é, produzir para o mercado metropolitano), as de povoamento exploram os recursos do ambiente no fundamental para prover o seu próprio mercado (isto é, exploração para o povoamento); numa situação, povoamento explica a exploração, noutra, é a partir da exploração que se pode entender o próprio povoamento. Caio Prado Júnior, que penetrantemente identificou a fecundidade dessas duas configurações e lhes marcou nitidamente os contornos na introdução de sua extraordinária obra já citada, parte daí para a análise da estrutura econômica da colônia em dois setores básicos: um, essencial e imediatamente voltado para o centro dinâmico metropolitano (economia de exportação), outro, dependente e que se explica a partir do primeiro (economia de subsistência), acentuando que naturalmente os produtos de exportação podem ser, e o são, também consumidos na colônia, e os de subsistência eventualmente exportados (ou passar de subsistência para exportação) sem que isto em nada retire a validade explicativa das duas características.²¹ Também a Celso Furtado, que sob outros aspectos se afasta das análises de Caio Prado Júnior, são as duas categorias fundamentais de colônias de exportação ou exploração e colônias de povoamento que interessam para situar a formação econômica brasileira no quadro da expansão colonial européia.²² Já o "velho" Roscher parece que percebia bem o alcance da distinção; no curso de sua classificação, tendo fixado o tipo de "colônias agrícolas" (que, como vimos, já esboça o sentido de colônias de povoamento), ao passar a tratar das "colônias de plantação" (exploração) como categoria distinta, pergunta-se se não seria o caso de considerá-las um

21. Cf. Caio Prado Jr., op. cit., pp. 13-26, 113-23, 151-54.

22. Cf. Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, 1959, pp. 11-52.

subtipo das colônias agrícolas, pois que de agricultura se trata; mas, insiste com acuidade, a diferença é tão essencial que se tornou o fundamento da tenebrosa guerra de secessão nos Estados Unidos da América.²³ E o não menos agudo Leroy-Beaulieu, por sua vez, já prevenia que as diferentes categorias coloniais não se apresentavam "em estado puro".²⁴

Fechemos esta parte, inventariando os resultados obtidos na discussão conceitual. *Colonização* significa, no plano mais genérico, alargamento do espaço humanizado, envolvendo ocupação, povoamento e valorização de novas áreas (Sorre); mais estritamente, como processo criador de colônias, essas novas regiões configuram entidades políticas específicas (*colônias*), que se definem na relação bilateral metrópole-colônia (Hardy); historicamente, na Época Moderna, entre a expansão ultramarina européia e a revolução industrial, *exploração e povoamento* (Leroy-Beaulieu) constituem-se nos dois sentidos básicos em que se processa o movimento de europeização no mundo, delimitando as duas categorias fundamentais de colônias geradas nesse período. Assim, a pouco e pouco, mediante a crítica dos conceitos vamo-nos aproximando da perspectiva histórica, pois somente ela permite enlaçar todos esses elementos, revelando-lhes o sentido como partes de uma totalidade concreta e dinâmica, que procuraremos agora explicitar.

Rigorosamente, a consecução desse desiderato exigiria nada menos que toda a história da expansão ultramarina e colonial européia nos séculos XVI, XVII e XVIII, o que evidentemente está além de nosso alcance e fora de nosso propósito nesta comunicação. Na verdade, posto que somente o estudo histórico concreto do período pode resolver os problemas e explicitar as conexões entre os vários segmentos da realidade nas suas múltiplas manifestações, não será de certo inútil a tentativa de estabelecer, à base das linhas mais gerais da história da época, o esquema conceitual e explicativo com que se deva abordar a análise de uma das manifestações desse complexo: no caso, a história da colonização portuguesa no Brasil no quadro do Antigo Sistema Colonial. É nesta faixa de indagações que nos posicionamos, procurando fixar e explicitar os pressupostos com que se deve focar, de maneira efetivamente compreensiva, o Brasil-colônia.

23. Cf. Wilhelm Roscher e Robert Jannasch, op. cit., pp. 23-4.

24. P. Leroy-Beaulieu, op. cit., p. 537.

Visualizada em conjunto, a chamada Época Moderna, isto é, o período que transcorre entre o Renascimento e a Revolução Francesa, ou entre a expansão ultramarina e a revolução industrial, apresenta-se-nos como a etapa da história do Ocidente em que predominam as formas políticas do absolutismo, e, no plano social, a organização da sociedade em “Estados” ou “ordens”. Ao deslocar o ângulo de observação para o universo das relações econômicas, defrontamo-nos com o capitalismo comercial e a política mercantilista; contemporaneamente, assiste-se à prodigiosa expansão marítima e comercial da Europa, e seu conseqüente desdobramento na implantação das colônias no Ultramar.

Tais as peças do sistema, e o seu simples enunciado já nos conduz à procura das conexões recíprocas. Entre a monarquia unitária e centralizada, ou mais exatamente entre o processo de unificação e centralização, e a política mercantilista são claras as relações, pois, como demonstrou definitivamente Heckscher,²⁵ a política mercantilista foi um instrumento de unificação ao mesmo tempo, aliás, que pressupunha um certo grau de integração nacional para que se pudesse executar. Na base de ambos esses segmentos, a expansão da economia de mercado em detrimento da economia dominial da Idade Média envolve a conseqüente emergência das classes burguesas no bojo do terceiro Estado que assim tende a se diferenciar cada vez mais; efetivamente, a subordinação de toda a sociedade ao poder da realeza — essa estranha e aparente projeção do poder para fora da estrutura social, a passagem da suserania à soberania — representou no conjunto a forma de a burguesia assegurar-se das condições de garantir a sua própria ascensão e criar o quadro institucional do desenvolvimento do capitalismo comercial. Tratava-se, em última instância, de subordinar todos ao rei, e orientar a política da realeza no sentido do progresso burguês, até que, a partir da Revolução Francesa e pelo século XIX afora, a burguesia se pudesse tornar, como diria Charles Morazé, “conquistadora” e modelar a sociedade à sua imagem, de acordo com seus interesses, segundo os seus valores. Estratégia nem sempre explícita no nível da consciência individual, e sempre inçada de dificuldades sem conta; a história concreta desse processo é sobremaneira tortuosa — F. Braudel pôde falar nas “traições” da burguesia.²⁶ De qualquer forma,

25. Cf. E. F. Heckscher, *La época mercantilista*, 1943, pp. 17-29.

26. Cf. Braudel, op. cit., 1966, pp. 619-ss.

Roland Mousnier, especialista no assunto, equaciona as variações do regime político dessa época em função da importância maior ou menor da burguesia nas várias partes da Europa, e pois do grau mais ou menos intenso de desenvolvimento do capitalismo mercantil.²⁷

Se, por outro lado, o regime político predominante nos séculos da Época Moderna, contrastado com o feudalismo típico, afigura-se quase o seu oposto, o mesmo não se dá quando aproximamos os dois períodos nos seus aspectos sociais. Apesar do surto capitalista e burguês, persiste a estrutura estamental da sociedade organizada em “Estados” juridicamente estanques, que se definem pelo nascimento, e isto significa a preservação da nobreza com seus privilégios, direitos senhoriais e em contrapartida necessária a manutenção das relações servis ou pelo menos de resquícios da servidão. Ora, isso revela o caráter de acomodação e ajustamento, o traço digamos menos revolucionário ou mesmo não-revolucionário dessa transição entre o feudalismo e a sociedade burguesa plenamente configurada.²⁸ Os séculos XVI a XVIII surgem-nos, assim, portadores de permanências do passado e germes do futuro, tipicamente transitórios, o que não teria maior significado, já que essa é uma constante da história, se a representação dominante ou oficial que essa etapa se fazia de si própria não insistisse em considerar a estabilidade como o valor por excelência a se preservar: instaura-se, então, a “crise da consciência européia”.²⁹ Daí as tensões e crises constantes, e as múltiplas formas de ajustamento; é na Inglaterra que as revoluções do século XVII, moderando o absolutismo, ajustam por assim dizer o sistema aos seus fins históricos,³⁰ e nem é por acaso que é esse país que se vai tornando paulatinamente hegemônico entre as grandes potências e se tornando o teatro das grandes transformações econômicas que marcam o advento do capitalismo industrial.

Absolutismo, sociedade de “Estados”, capitalismo comercial, política mercantilista são portanto partes de um todo, interagem reversivamente neste complexo que se poderia denominar, mantendo um termo da tradição, *Antigo Regime*. É nesse contexto e inseparavelmente dele

27. Cf. Roland Mousnier, *Os séculos XVI e XVIII*, 1957, p. 116.

28. Revolução, como se sabe, significa mudança estrutural em ritmo acelerado (cf. A. Mathiez, *La Révolution Française*, 1960, v. 1, pp. 1-2).

29. Cf. Paul Hazard, *La Crise de la conscience européenne*, 1935, especialmente pp. 3-29.

30. Cf. Christopher Hill, “La Révolution anglaise du XVIII^e siècle: essai d’interprétation”, 1959.

que se pode focalizar a expansão ultramarina européia e a criação das colônias no Novo Mundo. No plano ideológico, a política econômica do mercantilismo recomenda, para a obtenção de balança favorável de comércio, a abertura de novos mercados e a sua preservação monopolista; numa forma mais elaborada, preconiza-se o estabelecimento de colônias como respaldo para a "riqueza" da metrópole.³¹ E note-se a coerência dessa forma de política de desenvolvimento que foi o mercantilismo: ao mesmo tempo em que se procuram remover os obstáculos institucionais internos (esforço para supressão das aduanas interiores, burocratização da administração etc.) diligencia-se a criação de complementos externos (colônias, que agora vão adquirindo seu verdadeiro sentido) que permitam à economia metropolitana adquirir o máximo possível de auto-suficiência, e pois situar-se vantajosamente no comércio internacional para o qual pode assim carrear os seus excedentes. Nesse quadro, a função das economias complementares coloniais é verdadeiramente essencial; são elas, as colônias, que irão permitir o funcionamento integrado da política mercantilista, criar-lhe as condições.

A política mercantilista oferece-nos, pois, um prisma estratégico para apreendermos as conexões entre os diversos componentes do Antigo Regime. Executada pelo Estado, que ao praticá-la se constitui e se fortalece, abre condições para a expansão da economia de mercado em todas as direções, tudo convergindo no ativamente dessa acumulação de capital que Marx chamou de "originária" ou "primitiva", por se realizar predominantemente na órbita da circulação, mas que constitui ao mesmo tempo pré-requisito para a penetração e a expansão das relações capitalistas no parque propriamente produtor.³²

Efetivamente, a expansão ultramarina européia, que se inaugura com os descobrimentos portugueses no século xv, significou, na sua primeira fase digamos pré-colonizadora, uma extraordinária redefinição da geografia econômica do ocidente³³ pela abertura de novos mercados, montagem de novas rotas, conquista monopolista de novas linhas

31. Cf. Paul Hugon, *História das doutrinas econômicas*, 1959, pp. 95-ss.

32. Cf. Karl Marx, *Capital*, 1946, t. I, p. 801.

33. "Il n'y a point eu d'événement aussi intéressant pour l'espèce humaine en général, et pour les peuples de l'Europe en particulier, que la découverte du Nouveau Monde et le passage aux Indes par le Cap de Bonne Espérance" (G. Raynal, *Histoire Philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les Deux Indes*, 1780, t. I, pp. 1-2.

para a circulação econômica internacional; já na sua gênese, esse movimento expansionista revela pois suas relações profundas com o Estado moderno em formação. Assim, enquanto tradicionalmente se procurava explicar os descobrimentos ultramarinos em função de fatores externos, extra-europeus, a colocação moderna do problema³⁴ encara a expansão ultramarina como produto das "condições particulares dos próprios países atlânticos", isto é, são os problemas da economia da Europa ocidental que levam ao esforço para a abertura de novas frentes de expansão comercial à abertura de novos mercados — a expansão atlântica apresenta-se, de fato, como forma de "superação da crise" européia do fim da Idade Média.³⁵ Ora, na organização e na execução do movimento expansionista teve papel relevante o Estado monárquico absolutista,³⁶ e mais uma vez vêm à tona as conexões entre os componentes do Antigo Regime; por outro lado, a exploração do Ultramar fortalece a posição do Estado monárquico que a promove, internamente em face das resistências feudais, externamente diante das outras nações. Da inter-relação desses elementos é que resulta a conformação a pouco e pouco da doutrina e da prática da política mercantilista.

Esta primeira fase da expansão européia consistiu pois, basicamente, na abertura de novos mercados e no estabelecimento de condições vantajosas para a realização deste comércio ultramarino; acelerava-se, assim, a acumulação capitalista na Europa. Mas, no processo de expansão, como é sabido, os europeus acabaram por descobrir (ou redescobrir) o Novo Mundo; aqui as condições diferiam radicalmente daquelas encontradas no Oriente: seria impossível prosseguir na exploração puramente comercial do Ultramar, dado que inexistia nesta parte a produção organizada de produtos que interessassem ao mercado europeu. Para integrar essas áreas nas linhas do comércio europeu (e para preservar a soberania sobre elas, uma vez que a expansão se dá no quadro da competição entre as potências européias), havia mister organizar aí a produção para o mercado da economia central, européia; tornam-se

34. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, "Création et dynamisme économique du monde atlantique (1420-1670)", *Annales* 1950, pp. 32-ss.

35. M. Nunes Dias, *O capitalismo monárquico português (1415-1549)*, 1963, t. I, pp. 35-ss.

36. V. M. Godinho estuda as etapas dos descobrimentos portugueses no séc. xv em função das vicissitudes do absolutismo monárquico em Portugal (cf. *A expansão quatrocentista portuguesa*, 1945).

indispensáveis, ocupação, povoamento, valorização – colonização em suma. Mas colonização de uma forma específica, dentro da expansão do capitalismo comercial e em conexão indissolúvel com todos os outros aspectos envolvidos nesse processo. A colonização moderna significou, pois, um desdobramento da expansão puramente comercial, a transição da órbita da circulação para o nível da produção econômica no Ultramar. Caio Prado Júnior, ainda uma vez, foi quem primeiro caracterizou a colonização como fenômeno essencialmente *comercial*, como um desdobramento da expansão comercial européia; produzir para o mercado exterior, fornecer produtos tropicais ou metal nobre ao comércio europeu – eis o “sentido da colonização”,³⁷ e é sem dúvida a formulação dessa categoria (ou descoberta desse “sentido”) que permitiu ao autor definir os dois setores básicos (exportação, subsistência) a partir dos quais analisa a estrutura econômica da colônia.

Todavia, as indagações que fizemos até aqui, cremos, permitem levar ainda mais longe a análise do “sentido” da colonização. Efetivamente, inserida no contexto mais geral do Antigo Regime – isto é, no contexto da política mercantilista do capitalismo comercial executada pelo Estado absolutista –, a colonização da Época Moderna revela nos traços essenciais seu caráter mercantil e *capitalista*; queremos dizer, os empreendimentos colonizadores promovem-se e realizam-se com vistas, sim, ao mercado europeu, mas, tendo em consideração a etapa em que isto se dá, a economia européia assimila esses estímulos coloniais, acelerando a acumulação primitiva por parte da burguesia comercial. A *aceleração da acumulação primitiva* configura, pois, o sentido último da colonização moderna. Ao nos expressarmos dessa forma, envolvemos na formulação várias decorrências: situa-se, por um lado, o momento histórico-econômico em que se localiza o processo; mais ainda, a colonização fica indissolúvelmente ligada ao processo histórico de formação do capitalismo moderno, à transição do capitalismo comercial para o industrial (capitalismo pleno). Caio Prado Júnior, que abriu decisivamente o caminho para esta análise, talvez tenha pago até certo ponto seu tributo à tradição da historiografia brasileira, sempre menos voltada para as vinculações da história do Brasil com a história geral da civilização ocidental; assim, apesar do passo fundamental que a sua obra

37. Cf. Caio Prado Jr., op. cit., pp. 13-26.

representa, pensamos ser ainda possível ir além no esforço de apreender o sentido da colonização. De fato, ela se apresenta agora como uma peça no conjunto de mecanismos que, promovendo a acumulação originária, tendiam a possibilitar a superação dos entraves institucionais e econômicos que ainda perturbavam a expansão do capitalismo moderno europeu.³⁸ Peça aliás essencial; como parte integrante da política mercantilista, já vimos que a colonização fornecia uma espécie de retaguarda à economia metropolitana, tornando-a independente das outras potências nacionais; promovendo a acumulação de capital e ao mesmo tempo ampliando o mercado consumidor de manufaturas, criava os pré-requisitos da transição para o capitalismo industrial.

Situada nesse contexto, articulada nos componentes do Antigo Regime, a colonização moderna revela, portanto, como traços essenciais, aqueles mecanismos por meio dos quais o processo colonizador promove a aceleração da acumulação capitalista; a acumulação na economia européia configura os fins, os mecanismos de exploração colonial, os meios. O conjunto desses mecanismos – processos econômicos e normas de política econômica – constituem o *Sistema Colonial* que integra e articula a colonização com as economias centrais européias; tal sistema de relações torna-se, portanto, a categoria fundamental de toda esta análise. Reformulando: a colonização do Novo Mundo dá-se nos quadros do Antigo Sistema Colonial, isto é, o Sistema Colonial do Antigo Regime. A colonização portuguesa do Brasil desenrola-se dentro desse sistema de relações, que lhe imprime a sua marca, determinando as linhas definidoras da estrutura socioeconômica que aqui se instaura, o que dá sentido às expressões “Brasil-colônia” e “período colonial”.³⁹

Nem toda a colonização da América, porém, se desenrola dentro das traves do Sistema Colonial. Os sistemas nunca se apresentam, historicamente, em estado puro. Apesar de coeva, a colonização da América Setentrional temperada se dá fora dos mecanismos definidores do Sistema Colonial mercantilista; é em função dos problemas religiosos

38. Cf. Maurice Dobb, *Studies in the Development of Capitalism*, 1954, pp. 177-ss.

39. Considerado assim, o Brasil-colônia, como expressão de uma estrutura socioeconômica definida nas relações do Sistema Colonial, vê-se bem que carecem de sentido as discussões a respeito de o Brasil ter sido ou não ter sido “colônia”, em face de encontrar-se ou não tal palavra (aliás, diga-se de passagem, ela se encontra) nos textos coevos. A esta bizantinice nos referíamos no início deste trabalho.

da Inglaterra, e sobretudo dos ajustamentos e das crises do absolutismo desse país durante o século XVII — época em que se inicia e se consolida a colonização da América do Norte — que se pode compreender a colonização de povoamento, e não de exploração que lá se realizou. E aqui retomamos as duas categorias — povoamento e exploração — para explicitar o verdadeiro sentido na Época Moderna: colônias de exploração são as que se formam e se desenvolvem dentro dos quadros do Sistema Colonial; as de povoamento, posto que contemporâneas, situam-se à margem do sistema. A Independência dos Estados Unidos da América originou-se, como se sabe, da resistência dos colonos à tentativa de aplicação, por parte da velha metrópole, do pacto colonial à Nova Inglaterra — revelando-se, assim, a incompatibilidade entre Sistema Colonial e colônias de povoamento.

Isso nos conduz a uma última observação, indispensável antes de concluir. Inserindo a colonização moderna no contexto do Antigo Regime — absolutismo, capitalismo comercial, política mercantilista, Sistema Colonial — e procurando esclarecer as conexões que articulam os vários componentes desse todo, destacando as tensões sociais derivadas da ascensão burguesa a partir da estrutura feudal e no decorrer da Época Moderna, cremos ter escapado a um possível economismo que nos poderia ter viciado a análise, que se pretende globalizadora. Além disso, importa ficar bem claro que, ao tentarmos fixar as categorias essenciais desse processo histórico, não buscamos de forma alguma os denominadores comuns presentes necessariamente em todas as manifestações concretas, mas sim as determinantes estruturais, isto é, os componentes a partir dos quais é possível compreender o conjunto das manifestações, aqueles componentes que definem, explicitam, tornam inteligíveis os demais, e se não definem por eles. Em suma, tentamos demarcar a posição metodológica a partir da qual se deve proceder a análise da história da colonização. É nesses termos que este estudo se propõe, assim gostaríamos que ficasse entendido.

Aceita essa perspectiva, torna-se claro que, por exemplo, existindo colônias de povoamento no interior da expansão ultramarina mercantilista que exige exploração, é a partir da colonização exploradora que se pode entender o conjunto e pois também as colônias de povoamento, e não o contrário. Do mesmo modo, se o “Brasil-colônia” enquadra-se como colônia de exploração nas linhas do Antigo Sistema Colonial, não quer isto dizer que todas as manifestações da colonização portuguesa do

Brasil expressem diretamente esse mecanismo; mas, mais uma vez, os mecanismos do Sistema Colonial mercantilista constituem o componente básico do conjunto, a partir do qual deve pois ser analisado. No caso vertente, torna-se para logo essencial analisar a posição de Portugal no quadro do desenvolvimento econômico do Ocidente e no das relações políticas internacionais para perceber as mediações por meio das quais o sistema mais geral se expressa no segmento particular. Sistema global: as relações entre o capitalismo mercantil europeu em desenvolvimento e as economias coloniais periféricas; segmento particular: as relações da metrópole portuguesa com a colônia-Brasil. Também não ignoramos que apenas a investigação cientificamente conduzida das manifestações históricas concretas do fenômeno pode comprovar ou rejeitar uma perspectiva metodológica em confronto com outros pontos de vista. Nenhum dogmatismo, pois, nos anima o espírito. Mas estamos igualmente conscientes da necessidade incontornável dos esforços deste gênero para orientar as pesquisas históricas; do contrário, corre-se o risco de submissão sem crítica aos dados colhidos na documentação, produzindo-se quando muito uma descrição empírica da realidade.

Concluamos agora, retomando os passos significativos da análise tentada. A ocupação, o povoamento e a valorização econômica do Brasil na Época Moderna, a sua colonização enfim, processando-se na etapa da ascensão burguesa vinculada ao capitalismo comercial, dá lugar a uma entidade específica (colônia da metrópole-Portugal); suas estruturas básicas configuram uma colônia de exploração por se formarem e se desenvolverem nos quadros e ao ritmo do Antigo Sistema Colonial de relações entre as economias centrais e periféricas do capitalismo mercantil. Parece que não o ignorava Azeredo Coutinho, teórico ilustrado do final do colonialismo mercantilista, ao lembrar que as colônias, em troca da segurança provida pela mãe-pátria, deveriam reservar a esta o exclusivo de seu comércio e não ter uma produção concorrencial à metropolitana; assim, dizia, “os justos interesses e as relativas dependências mutuamente serão ligadas”.⁴⁰

40. J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho, *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias* (1794), p. 155.